

AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO TEMPORÁRIO NO DISTRITO DE GUACHOS, MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS - SP¹

Luciene Xavier de Maria²
Rosângela A. de Medeiros Hespanhol³

Resumo

O trabalho apresentado teve como enfoque principal analisar o processo de expropriação dos pequenos produtores rurais e a intensificação do trabalho temporário na Região de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. Tal processo se agravou em virtude da expansão da cultura da cana-de-açúcar a partir dos anos 1980, reduzindo as possibilidades de acesso ao cultivo da terra pelos pequenos produtores. Neste contexto, a análise efetivou-se no Distrito de Guachos, município de Martinópolis, por refletir de forma pronunciada as características de formação do trabalho temporário. Nesse sentido, tomou-se relevante compreender o processo de constituição de uma reserva de mão-de-obra volante no Distrito em apreço, enfatizando a influência das usinas de cana-de-açúcar sobre a mão-de-obra local.

Palavras-chave: Modernização; Trabalhador Rural; Pecuária; Cana-de-açúcar, Sazonalidade.

Abstract

The peculiarities of temporary employment in the district of Guachos, in Martinópolis-SP

Summary The presented work had as main approach to analyze the process of expropriation of the small agricultural producers and the intensification of the temporary work in the Region of Presidente Prudente, in the State of São Paulo. Such process if aggravated in virtue of the expansion of the culture of the sugar cane-of-sugar from years 1980, reducing the possibilities of access to the culture of the land for the small producers. In this context, the analysis was accomplished in the District of Guachos, city of Martinópolis, for reflecting of sharp form the characteristics of formation of the temporary work. In this direction, one became excellent to understand the process of constitution of a reserve of projecting man power in the District in I appraise, emphasizing the influence of the sugar cane-of-sugar plants on the local man power.

Key words: Modernization; Agricultural Worker; Cattle; Sugar cane-of-sugar, Sazonalidade.

¹ Artigo elaborado com base na monografia de Bacharelado apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente. Apoio Financeiro CNPq/PIBIC/UNESP

² Aluna do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: lucienmar@hotmail.com

³ Profa. Dra. dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NACIONAL PÓS-1970

Na década de 1970, a agricultura nacional passou por profundas transformações que alteraram sua base técnica de produção tornando-a menos dependente do seu laboratório natural (a terra), que redundou numa maior articulação com o setor urbano industrial em curso no país.

Esse processo de maior articulação da agricultura com o setor urbano-industrial foi denominada por Graziano da Silva (1981) como “modernização conservadora”, pelo fato de provocar mudanças na base técnica de produção, sem alterar a estrutura fundiária do país.

A modernização tecnológica se restringiu, em grande medida, aos produtos modernos e para o processamento agroindustrial, tais como a cana-de-açúcar, a soja e a laranja, produtos destinados ao mercado externo. E desta forma, estimulou a substituição de produtos tradicionais (arroz, feijão, etc) por aqueles, resultando também na substituição dos próprios produtores, na maioria das vezes constituídos de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros.

Observa-se que as mudanças na agricultura se processaram de forma diferenciada no país, beneficiando dessa forma o Centro-Sul, especialmente o Estado de São Paulo e, mesmo no interior deste, atingiu, sobretudo, os médios e grandes produtores e os produtos exportáveis demandados pelas agroindústrias e/ou como fontes alternativas ao petróleo, a exemplo da cana-de-açúcar (KAGEYAMA, 1987). Nesse período de intensas alterações na agricultura nacional e, em particular, paulista, alguns setores foram beneficiados por condições propícias de mercado, como é o caso do setor canavieiro (GRAZIANO NETO, 1985).

Portanto, esse processo de modernização altamente seletivo propiciou o despovoamento do campo na medida em que expropriou várias categorias de pequenos produtores como proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, dentre outros. Uma vez desprovidos dos seus meios de produção, especialmente do acesso a terra, estes produtores se viram obrigados a migrarem para as periferias das cidades, restando como única alternativa o trabalho temporário.

A FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA

Lopes (1976) apud Demartine (1983) observa que no Estado de São Paulo, após a década de 1930, houve uma intensa transformação da força de trabalho rural, na qual o antigo colonato foi substituído pelo proletariado rural (trabalhador volante ou bóia-fria). Ainda, segundo a autora, os arrendatários e parceiros tiveram sua participação reduzida no total da população trabalhadora.

Na realidade, houve um aumento dos arrendamentos capitalistas em detrimento dos arrendamentos tradicionais, já que o primeiro modelo compreende muitos hectares de terras, mão-de-obra assalariada ou até mesmo a não contratação desta, devido à mecanização da produção, como é o caso do cultivo da cana-de-açúcar em algumas áreas do Estado de São Paulo.

Entretanto, essas mudanças se delinearão via introdução da legislação trabalhista no campo, através do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963. O estatuto visava equiparar o trabalhador rural ao trabalhador urbano, através da extensão de direitos trabalhistas como salário mínimo, férias, 13º salário, etc.

Para Sorj (1986), o Estatuto do Trabalhador Rural implantado em 1963, fez com que os proprietários rurais expulsassem os moradores de suas terras, frente aos quais passariam a

ter obrigações trabalhistas, utilizando-se do trabalho contratado através de um intermediário, o “gato”. Esses trabalhadores, por sua vez, geraram um mercado excedente de mão-de-obra, que veio possibilitar novas expulsões de trabalhadores permanentes, estando assim, assegurada a oferta da força de trabalho temporário.

Martine (1987) ressalta que durante a década de 1970, as ocupações permanentes foram, em grande parte, desestruturadas devido à adoção de escalas de produção maior, que por sua vez, expulsaram parceiros e arrendatários e, por fim, a especulação fundiária contribuiu para a expropriação do trabalhador rural em várias categorias. Dessa forma, esses foram os primeiros passos para o fim do trabalho permanente e início do trabalho volante.

Referindo-se à agricultura tradicional, Graziano da Silva (1981) ressalta que essas atividades, por serem distribuídas por um período de tempo mais ou menos longo dentro do ano agrícola, eram realizadas pela mão-de-obra residente na propriedade. Entretanto, a mecanização dessas atividades, acabou por transformar a mão-de-obra permanente em temporária ao introduzir a descontinuidade resultante do menor tempo em que essas tarefas passam a ser realizada.

Essa nova categoria de trabalhador rural, que se configura desde meados da década de 1960, caracteriza o trabalhador como desprovido dos seus meios de produção, em especial a terra. Isso tem levado esse trabalhador a procurar uma nova forma de sobreviver, passando a vender sua força de trabalho, a única mercadoria ainda disponível, seja na condição de trabalhador temporário, como é o caso de pequenos arrendatários e pequenos proprietários, que se assalariam em determinadas fases para complementar a renda familiar e continuar resistindo à expansão do capital que chega à sua porta, ou na condição de simples trabalhador volante, dependendo totalmente da remuneração desse trabalho para sobreviver.

Para Guimarães et al (1986), a reprodução do emprego volante, resulta de estratégias impostas pelo capital com vistas à extração de trabalho excedente, tornando-se necessária a presença de determinados fatores que irão incidir sobre a maior ou menor utilização dessa categoria de trabalhador rural nas diferentes regiões brasileiras.

Neste contexto, pode-se perceber que as transformações na estrutura agrária brasileira, nas formas de organização da produção, assim como, na força de trabalho rural são frutos das alterações pelas quais passou a agricultura nacional, a qual esteve atrelada aos interesses da indústria em seu desenvolvimento no país, sendo considerada como um setor atrasado e incipiente, incapaz de promover o desenvolvimento.

No Estado de São Paulo, onde esse processo de mudanças do meio rural se processou de maneira mais intensa, as conseqüências sociais tomam forma quando se observa o meio rural se descaracterizando, seja pela perda da sua cultura, que passa a ser considerada atrasada, tendo que incorporar o “moderno” da cidade sob a influência em especial, da mídia, ou ainda, o meio rural que perde sua população, por já não propiciar condições de sobrevivência como anteriormente.

Na Região de Presidente Prudente, a questão do trabalho temporário não se diferenciou das outras áreas do Estado de São Paulo. Acompanhando seu processo de formação, nota-se que a erradicação do café na década de 1930 e a implantação da cultura do algodão, iniciada por volta de 1933, constituíram-se nos primeiros passos para a formação dessa categoria de trabalhador.

O cultivo do algodão provocou grandes transformações nas relações de trabalho e de produção. Tal fato se verifica por essa cultura ocupar um grande volume de mão-de-obra, especialmente no período da colheita. Desta forma, houve nesse período, o ingresso de migrantes para trabalharem como assalariados na região, provenientes em sua maioria, da região nordeste do país.

Dentre esses migrantes que vieram para a região trabalhar como assalariados nessa cultura, alguns se tornaram também pequenos produtores de algodão, através do sistema de arrendamento.

O processo de transformação da agricultura regional inicia-se a partir da década de 1950, com o avanço das áreas de pastagem em detrimento das áreas ocupadas com lavouras, propiciado pela crise na cultura do algodão e ampliação dos mercados consumidores de carne.

Com relação à expansão das áreas de pastagens na Região de Presidente Prudente, Mello (1976, p. 51) retrata que

Com a expansão das pastagens na Alta Sorocabana, que se fez [...] em parte com o aproveitamento de áreas anteriormente ocupadas com lavoura, surgiu uma massa de trabalhadores rurais desempregados. É sabido que a criação de gado significa despovoamento, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor número de atividades subsidiárias.

Neste contexto, constata-se que as mudanças na força de trabalho rural começaram a se delinear. Na medida em que os pequenos produtores (arrendatários) perderam o acesso à terra, em virtude da expansão das áreas ocupadas com pastagens, aliado à dificuldade de acesso às novas tecnologias (maquinários, insumos) e a falta de incentivos creditícios que beneficiaram os grandes produtores em detrimento dos pequenos, houve um intenso processo de expropriação desses pequenos produtores.

Uma vez expropriados, a alternativa para esses pequenos produtores foi, de um lado, a migração para as cidades da região e de outras porções do Estado de São Paulo, para desempenhar funções diversas (ambulantes, jardineiros, ajudantes de pedreiro, etc), passando a residir nas periferias das cidades. Residindo nas periferias das cidades, parte desses trabalhadores expropriados são levados a se deslocarem para o campo, na condição de trabalhadores volantes, para trabalharem sazonalmente no processo produtivo agrícola.

Por outro lado, têm-se aqueles trabalhadores que continuam resistindo nas áreas rurais de municípios da Região de Presidente Prudente, como é o caso de parte significativa dos moradores do município de Martinópolis, que residem em vilas rurais, destacando-se o Distrito de Guachos e, se constituem, em sua maioria, de trabalhadores temporários.

Resumidamente, verifica-se que a passagem de pequeno produtor autônomo à condição de trabalhador assalariado é marcada pela dificuldade de acesso a terra, o que resultará na sua decadência e, conseqüentemente, na sua expropriação.

Após a década de 1980, a expansão das usinas canavieiras na Região de Presidente Prudente intensificou esse processo de substituição das áreas anteriormente ocupadas com lavouras, tais como a do feijão, algodão, milho, etc, além das áreas ocupadas com pastagens.

A atividade canavieira consolidou-se na região de forma contraditória, redefinindo a ocupação do espaço agrário regional, pois, de um lado, reduziu acentuadamente o acesso de pequenos produtores a terra, consolidando sua expropriação e liberando mão-de-obra, e por outro lado, gerou um número reduzido de empregos, o que se constitui numa típica relação capitalista. A geração de emprego nas usinas absorve uma pequena parte da população residente tanto em áreas urbanas quanto rurais de municípios da região, como é o caso do Distrito de Guachos no município de Martinópolis.

Entretanto, o trabalhador que se encontra empregado nas usinas tende a reforçar esse quadro de oferta de mão-de-obra desocupada nas cidades e vilas rurais. Tal fato decorre da forte tendência de mecanização do corte da cana-de-açúcar, que vem ocorrendo em razão da competição inter-setorial que visa uma maior produtividade em menor espaço de tempo, além

da proibição da queima da cana regulamentada pelo Decreto Lei Nº 41.719 de 16/04/1997 que trata sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

Esse processo resultará numa maior quantidade de mão-de-obra disponível para o mercado, implicando numa redução cada vez maior dos salários a serem pagos a esses trabalhadores.

Neste contexto, observa-se que as alterações ocorridas na agricultura brasileira, sobretudo no Estado de São Paulo, se refletiram de maneira especial nos bairros rurais, na medida em que estes perderam suas características tradicionais e, para continuarem existindo, passaram a depender de relações cada vez mais acentuadas com a cidade.

OS BAIRROS RURAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Os bairros rurais caracterizavam-se pela vida tradicional e rudimentar que possuíam seus habitantes, seja em relação a seus hábitos alimentares, suas técnicas de trabalho, suas vestes e até mesmo na sua maneira de falar.

Para Queiroz (1973) o bairro rural define-se como um grupo de vizinhança de “habitat” disperso, mas de contornos suficientemente consistentes, para dar aos habitantes, a noção de lhe pertencer, levando-os a diferenciá-lo dos demais bairros. Ainda de acordo com essa autora, tradicionalmente o núcleo central do bairro é marcado por uma capela, sendo a festa do padroeiro local um dos acontecimentos mais importantes, com a reunião de todos seus componentes dispersos pelas cercanias. Nesse momento, consolidava-se a personalidade do bairro, em relação aos bairros vizinhos.

Segundo Schmidt apud Rodrigues (1973, p. 01)

Bairro rural, do ponto de vista geográfico, constitui-se uma unidade elementar de organização do espaço agrário, apresentando limites imprecisos, mas freqüentemente relacionados a fatores de ordem natural.

A forma de vida tradicional desenvolvida nesses locais, chamados também de vilas ou freguesias, apresentou profundas transformações com o passar dos tempos, com a expansão capitalista no campo.

De acordo com Cândido (1971), de uma economia semi-fechada caracterizada pela estrutura dos agrupamentos de vizinhança e o equilíbrio instável com o meio, obtido por técnica rudimentar, passou por mudanças, tanto em termos populacionais como na sua forma de sobrevivência. Essas mudanças acarretaram no que se refere à passagem de uma economia de auto-suficiência para o âmbito de uma economia capitalista, segundo o autor, sintomas de crise social e cultural.

Na década de 1970, a vida tradicional nos bairros rurais começou a sofrer suas primeiras alterações devido à intensificação das relações de produção capitalistas no campo.

Cândido (1971, p. 133) salienta que

a dimensão econômica avultou até desequilibrar a situação antiga. A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho [...], cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se.

Condição de eficácia e, portanto sobrevivência, é a renúncia aos padrões anteriores e a aceitação plena do trabalho integral, [...] trabalho com exclusão das atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada.

Desse modo, Cândido (1971) previa a mudança na estrutura dos bairros rurais, mesmo naqueles mais tradicionais, conservando poucas características da sua vida rudimentar. Nesse sentido também, Queiroz (1973) ressalta que o fato de não se utilizar mais predominantemente das formas de mutirão⁴, significa que as formas tradicionais estão sendo abandonadas por formas mais modernas de relação de trabalho, como a contratação do trabalho assalariado.

É neste contexto que o presente trabalho procurou identificar as transformações que ocorreram na força de trabalho rural no Distrito de Guachos, propiciadas pelas mudanças que acometeram a agricultura regional.

CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE GUACHOS, MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS

O Distrito⁵ de Guachos está localizado na Microbacia do Ribeirão dos Guachos, às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, distando 27 km da sede do município de Martinópolis (Figura 1).

Para Fernandes (1972, p. 09)

Embora a base territorial ou espacial possa variar muito entre os bairros, é possível que certos elementos do meio físico, como a presença de um vale, por exemplo, tenham orientado os contactos, definindo, assim, os limites da ‘vizinhança’. Significativo é, por exemplo, o fato de que muitos bairros rurais possuam nomes ligados a ribeirões que atravessam seu território. (...) O essencial é o estabelecimento de contactos entre determinado número de vizinhos.

Forma semelhante ocorreu com o Distrito de Guachos, o qual recebeu esse nome devido a sua proximidade com o Ribeirão dos Guachos. Este, por sua vez, recebeu esta denominação pelo fato de que havia neste local a presença de ninhos de guachos⁶, que atualmente se encontra em extinção.

O Distrito de Guachos é tradicionalmente conhecido como Vila⁷ Escócia. Esse nome se deve, segundo os moradores mais antigos, à hipótese de que dentre os pioneiros do bairro existiam escoceses, fato esse que não foi comprovado nesse trabalho.

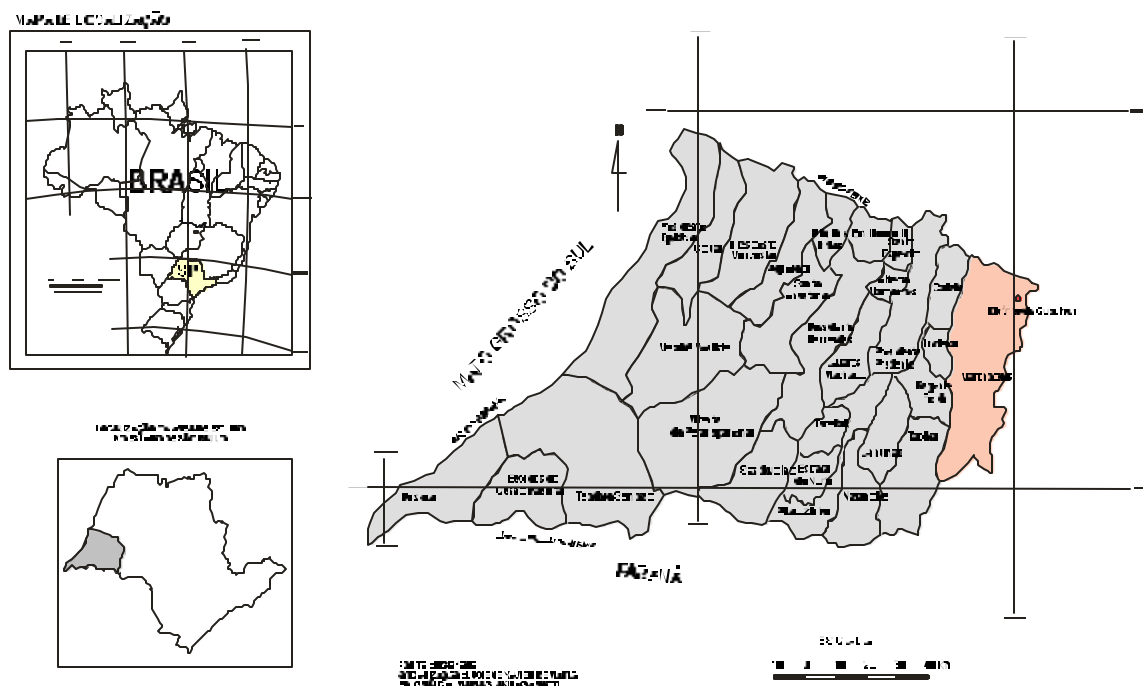
⁴ “Mutirão” era a forma pela qual as famílias se ajudavam mutuamente nos períodos de maior necessidade de mão-de-obra, como na colheita.

⁵ Divisão territorial a cargo de autoridade administrativa, judicial ou fiscal. (Dicionário Brasileiro o Globo).

⁶ Guaxe (*Aglaius phoeniceus*), nome oficial do pássaro, ave pertencente à família *Icteridae*, ordem das *passeriformes*, subclasse *Neornithes*. Como os demais pássaros, constrói o ninho-bôca, em forma de bolsa, que é encontrado pendurado nas árvores. (Magnus Enciclopédia Moderna das Ciências Biológicas Zoologia Geral. Natal, Mario -coord-, Vol. 5).

⁷ Povoação de categoria imediatamente inferior à cidade [...]. (Dicionário Brasileiro o Globo).

FIGURA 01- LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE GUACHOS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP



O bairro (também assim chamado) foi fundado por descendentes de imigrantes japoneses, espanhóis e portugueses, que adquiriram lotes neste local e desbravaram-no, dando início ao povoado que viria chamar-se Distrito de Guachos.

O Distrito de Guachos ainda conserva vestígios de vida rudimentar, ou seja, de vida simples, característica dos bairros rurais antigos.

Originou-se aproximadamente por volta de 1930 a 1932⁸. Desde então, teve como principal atividade econômica de parcela significativa da população, o trabalho na lavoura. A população atual é composta por migrantes, provindos de outras regiões brasileiras, sobretudo do norte e do nordeste, que vieram para a região nas décadas de 1950 e 1960. Com histórias de vidas parecidas, esses migrantes vieram atraídos pelo trabalho nas lavouras, especialmente o algodão, que se encontrava no auge de sua produção. Na região de Presidente Prudente se espalharam pelos municípios que a compõe, como é o caso de Martinópolis e, em particular, do Distrito de Guachos.

Em uma das entrevistas realizadas, a senhora Malavolta⁹ conta que o povoado se expandiu nos arredores de uma capela cujo padroeiro é São João Batista. Logo após, se implantou o comércio local, constituído por alguns bares, uma farmácia e um armazém, além das habitações e da escola.

Para Cândido (1971, p. 62)

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira consistindo no agrupamento de algumas ou mais famílias, mais ou menos vinculadas

⁸ De acordo com Sebastiana Malavolta, os primeiros moradores do Distrito em apreço adquiriram terras das empresas loteadoras que atuaram na fase inicial de formação do município de Martinópolis como a CAIC (Companhia de Agricultura Imigração e Colonização) e a Boston Cattle Company Limited, com sede no Canadá.

⁹ Sra. Sebastiana Meirelles Malavolta fez parte da quarta família de moradores do Distrito de Guachos no início de sua formação.

pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo pôr vezes um esboço de povoado ralo.

Nesse período de formação, a vida dos moradores do bairro se resumia ao trabalho na roça durante o dia, sendo que à noite, sob a luz de lamparina, retiravam água do poço, para deixar preparados os mantimentos e as ferramentas de trabalho para o dia seguinte.

Cândido (1971, p. 96) descreve da seguinte maneira o dia-dia dos trabalhadores rurais

O despertar é geralmente às 5 horas, seguido de pequena ablução consistindo um pouco de água pelos olhos. Segue a primeira refeição e a ração de milho às criações. Parte-se então para o local de trabalho raramente encostado à sua casa, quase sempre distante 200 a 1000 metros (e mais). A faina vai até o pôr do sol, resultando uma jornada de 12 horas no verão, e 10 no inverno, interrompida pela altura da 8h 30m pôr meia hora, para o almoço, e repouso. Chegando em casa, o trabalhador da milho às criações, lava as mãos, o rosto os pés e janta, das 19h em diante. As 22h ninguém mais está desperto e a maioria já se deitou pouco depois das 20h.

As lavouras cultivadas no Distrito eram arroz, feijão, milho, algodão e hortelã (de onde se extraía o óleo, uma especialidade dos japoneses que lá moravam). O arroz, milho e feijão eram destinados basicamente à subsistência e o algodão, assim como a hortelã, eram produzidos visando à comercialização. Havia também a criação de animais de pequeno porte, como porcos, galinhas, etc.

Dos produtos para o consumo da família, somente o que não podia ser produzido era comprado na sede do município de Martinópolis, localizado à 27 km de distância. Dentre os produtos adquiridos no comércio local estavam o sal, o querosene e o açúcar, sendo que durante a 2ª Guerra Mundial, com a falta dessas mercadorias, a prefeitura municipal cedia-os à população. Quando não conseguiam encontrar o açúcar, os moradores compravam balas sem sabor, que após serem derretidas, eram utilizadas para adoçar o café. Do mesmo modo, utilizavam também o caldo de cana, que depois de moído, servia para adoçar o café.

Mesmo estando ainda em formação, o bairro já possuía uma certa autonomia em relação à sede do município de Martinópolis, pelo fato de possuir uma boa infra-estrutura, como farmácia, armazém, escola, etc. Sua dependência se dava somente em casos de emergência, em que a farmácia local não podia resolver e, em casos de parto, que fosse necessário realizar parto-cesariana, que na sede do município também não se realizava por falta de recursos técnicos. Sendo assim, a paciente era levada para o município de Presidente Prudente.

DEMOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS E DISTRITO DE GUACHOS

A população do município de Martinópolis, como se pode observar na tabela 01, apresenta uma acentuada diminuição na sua parcela rural. Em 1970 correspondia a 58,4% do total da população do município; em 1980 se reduziu para apenas 18,3% do total da população do município; em 1991 sua população rural passou a representar 22,8%. No ano de

1996, sua população rural passou a corresponder a 18,8% do total da população do município, sendo que no ano 2000 passa a equivaler 19,6% do total de habitantes, o que significou um acréscimo de 0,8% em relação ao ano de 1996.

O decréscimo da população rural do município ocorreu aliado ao aumento da população urbana. Em 1970, essa correspondia a 41,6% do total de habitantes de Martinópolis, passando para 77,6% em 1980, sendo que no ano de 1991, houve um decréscimo da população urbana do município passando a corresponder a 72,2% do total. Em 1996, seu percentual volta a aumentar significando nesse ano 81,2% da população total de Martinópolis, sendo que no ano 2000 houve um decréscimo onde a população urbana do referido município passa a corresponder a 80,4% do total de habitantes. Constata-se que a população urbana do município de modo geral cresceu com o despovoamento do seu meio rural.

Tabela 01

População do Município de Martinópolis e Distrito de Guachos

Anos	Martinópolis			Distrito de Guachos		
	Total	Urbana	Rural	Total	Rural	Urbana
1970	23.090	9.601	13.489	2.005	1.655	350
1980	17.419	13.521	3.184	1.023	358	655
1991	19.673	15.186	4.487	1.151	270	881
1996	21.342	17.336	4.006	1.205	-	-
2000	22.346	17.975	4.371	-	-	-

Fonte: Censo Demográfico da FIBGE (1970-1991) e Contagem Populacional de 1996

Com relação ao Distrito de Guachos, observa-se na tabela 01, que em 1970, sua população rural correspondia a 82,5% do número total de habitantes do Distrito, em 1980 esse percentual diminuiu passando para 35,0%, chegando em 1991 a 23,4% do seu número total de habitantes. Quanto à população urbana do Distrito, em 1970 era correspondente a 17,5% do total de habitantes do Distrito; em 1980 esse percentual aumentou para 65,0% e, em 1991 passou a 76,6% do total de habitantes residentes no Distrito.

Esse aumento da população urbana do Distrito deu-se em virtude do fim das atividades agrícolas nas fazendas, nas quais funcionavam os antigos arrendamentos, desta forma, essa população se mudou para a área urbana do Distrito, na qual muitos permanecem até o momento atual.

Observa-se junto à diminuição da população rural do Distrito e conseqüente aumento da população urbana que, o número total de habitantes do Distrito sofreu uma intensa redução se compararmos o seu número total de habitantes em 1970 (2005 habitantes) ao número de habitantes em 1996, que correspondia a 1205 habitantes.

Essa diminuição da população do Distrito se observa, sobretudo em relação à população mais jovem, que ao se deparar com a falta de trabalho no local, se muda para as cidades grandes como São Paulo, ou as do interior, especialmente a cidade de Indaiatuba (SP). Essa cidade apresentou nos últimos anos (década de 1990) oportunidades de emprego para as pessoas que se mudam do Distrito, especialmente nas fábricas. Segundo dito popular existe na cidade de Indaiatuba, uma outra Vila Escócia, como também é conhecido o Distrito de Guachos, devido ao grande número de pessoas provenientes desta localidade. Alguns se deslocam para outros estados como Paraná e Mato Grosso do Sul.

Inversamente a esse processo, tem-se a chegada de algumas famílias provenientes de regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, que se mudam para o Distrito, trazidos geralmente por algum parente que reside no local, para trabalharem na lavoura; da mesma forma, tem-se também o caso de famílias que se mudam de grandes centros, como a cidade de

São Paulo, em busca de maior tranquilidade e segurança. Nesse caso, geralmente são casais aposentados.

O TRABALHO TEMPORÁRIO NO DISTRITO DE GUACHOS

O cultivo de lavouras destacou-se como a principal atividade desenvolvida pelos moradores do Distrito de Guachos. Entretanto, com o passar dos anos, as transformações ocorridas na agricultura de modo geral provocaram intensas mudanças nas relações de trabalho vigentes no local, atingindo, sobretudo, os pequenos produtores rurais (arrendatários e parceiros).

As dificuldades para estes produtores começaram a se agravar quando se iniciou em toda a Região de Presidente Prudente e, em particular, no município de Martinópolis, o processo de substituição de lavouras pelas pastagens.

Além do acesso a terra, muitos desses pequenos produtores arrendatários e parceiros perderam também a moradia, já que residiam na propriedade das terras arrendadas, também denominadas de arrendamentos.

Pode-se constatar durante a realização da pesquisa de campo, no Distrito de Guachos, esse processo de mudança na vida dos trabalhadores volantes, ex-pequenos produtores, quando se verificou que somente 17,0% do total de entrevistados sempre residiram no Distrito; 25,0% eram provenientes de outras cidades e 58,0% mudaram-se para o Distrito devido ao fim dos contratos de arrendamento de terras, realizados em fazendas próximas à sede do Distrito.

Estas fazendas, com grandes extensões de terras eram até o início de 1980, subdivididas por seus proprietários e cedidas, sob a forma de arrendamento, a pequenos produtores, que necessitavam de terra para plantar. Assim, esses produtores se mudavam para os arrendamentos (como eram denominadas essas fazendas), nas quais cultivavam várias lavouras, como milho, feijão, e, em especial, o algodão, que era uma exigência da maioria dos proprietários das terras. Ao término da colheita, esses pequenos arrendatários pagavam ao proprietário da terra com parte da produção cultivada ou em porcentagem sobre o produto vendido. Havia casos em que, o proprietário por não possuir uma vasta extensão de terra, arrendava uma outra parcela para subarrendá-la aos pequenos produtores.

Nota-se dessa forma, que os motivos que levaram esses pequenos produtores a se mudarem para o Distrito, por volta de 1980 e 1985, está relacionado ao fim dos arrendamentos, fato ocorrido devido à transformação das terras anteriormente arrendadas em lavouras de pastagens.

Residindo no Distrito, parte desses pequenos produtores continuaram resistindo nas atividades agrícolas, embora as dificuldades fossem gradativamente aumentando, seja pela não disponibilidade de terras para arrendar, a falta de implementos agrícolas para produzir e, sobretudo, a falta de crédito rural e condições econômicas.

Após os anos 1980, outro fator veio contribuir para o agravamento da situação dos pequenos produtores do Distrito de Guachos; a instalação da Destilaria de Alcool Califórnia (DACAL) no município de Parapuã. Esta usina arrendou grandes extensões de terras nas proximidades do Distrito, trazendo por um lado, a possibilidade de emprego para os trabalhadores volantes no corte da cana, mas, por outro lado, intensificando as dificuldades dos pequenos produtores em arrendar terras para o plantio de lavouras.

Essa situação se agravou no final dos anos 1990, quando outra usina, a Alto Alegre- Unidade Floresta, também começou a arrendar grandes extensões de terras no município de Martinópolis, aumentando a dificuldade de quem necessitava de arrendar pequenas extensões de terras para o cultivo de lavouras.

Em decorrência da expansão das áreas cultivadas com cana-de-açúcar houve a diminuição das lavouras, que desfavorecem não apenas os pequenos produtores, mas também os trabalhadores temporários que dependem dessas lavouras para trabalharem.

Atualmente, existem no Distrito, aproximadamente, cerca de 200 trabalhadores enquadrados na categoria de trabalhadores temporários, dependentes do trabalho nas lavouras (sem contar os trabalhadores empregados no corte da cana), o que significa 18,0% da população total residente no Distrito de Guachos.

No momento, esses trabalhadores temporários dependem para sua sobrevivência das reduzidas ofertas de emprego propiciadas pelas pouquíssimas lavouras ainda cultivadas no município de Martínópolis, tais como a mandioca, a batata, melancia e as sementes de capim. Esses trabalhadores atuam não só na fase da colheita de determinada lavoura, mas em todo seu processo produtivo (plantio, tratos culturais, etc).

Alguns dos equipamentos utilizados pelos trabalhadores temporários são próprios, como as enxadas. Em alguns casos, os empregadores fornecem os equipamentos aos trabalhadores, como é o caso dos tambores para colheita da grama e os balaies para colheita manual do milho.

O valor recebido por esses trabalhadores varia entre R\$ 7,00 e 10,00 por dia de trabalho.

A jornada de trabalho para esses trabalhadores inicia-se às sete horas da manhã. Às dez horas, o trabalho é interrompido para o horário do almoço, sendo que às onze horas retorna-se novamente o trabalho, parando às quatorze horas para um lanche, retornando às quinze horas. A partir desse momento, os trabalhadores só deixam de trabalhar às dezessete horas, quando retornam para casa. Esse horário é geralmente seguido em todas as lavouras quando se trabalha por dia. Quando se trata de uma empreita, o próprio trabalhador é quem decide seus horários de refeição.

O transporte dos trabalhadores temporários é realizado através de caminhões, ônibus ou tratores. O responsável pelo transporte é o dono da lavoura.

A instabilidade no emprego para esses trabalhadores é a causa de angústia, por se tratarem de chefes de famílias. O que se constata nos momentos de intensa falta de trabalho é o pensamento dos trabalhadores com relação à opção de se mudarem do Distrito para outras localidades à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Além da instabilidade, o trabalho temporário não permite que os trabalhadores tenham perspectivas quanto ao futuro. Futuro que estes acreditam ser incerto, "*acreditam estar nas mãos de Deus*"¹⁰.

OS TRABALHADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE GUACHOS EMPREGADOS NA DACAL E USINA ALTO ALEGRE, UNIDADE FLORESTA

Nesta parte serão apresentadas algumas diferenças entre a Usina Dacal e a Usina Alto Alegre-Unidade Floresta, constatadas a partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores temporários empregados nas referidas empresas e residentes no Distrito de Guachos.

A Destilaria de Álcool Califórnia emprega trabalhadores residentes no Distrito de Guachos desde o ano de 1982. Constatou-se que esta destilaria emprega atualmente 40 trabalhadores¹¹, um número bastante reduzido se considerarmos a população total do Distrito,

¹⁰ Relato de uma das entrevistadas.

¹¹ Dos 40 trabalhadores empregados na usina Dacal (Destilaria de Álcool Califórnia Ltda), foram entrevistados 20 trabalhadores.

que corresponde a 1120 habitantes de acordo com as informações obtidas no Censo Demográfico de 2000 realizado pela FIBGE.

Da mesma forma, a Usina Alto Alegre, Unidade Floresta¹² empregava, em fevereiro de 2001, cerca de 20 trabalhadores residentes no Distrito de Guachos.

Uma das diferenças que permeia a contratação de trabalhadores temporários entre as duas usinas se refere ao fato de que a Dacal não emprega mulheres para o corte da cana. De acordo com informações fornecidas pela destilaria, a não contratação de mulheres não está relacionada com a sua produtividade, pois, às vezes, esta pode ser superior à de alguns homens. O problema está estritamente ligado ao comportamento dessas trabalhadoras na roça, pois segundo informações obtidas junto ao agrônomo da Dacal, as mulheres “*ficam com brincadeiras*”, ou seja, ficam conversando no horário de trabalho, o que provoca muitas ocorrências registradas pelos fiscais de turma¹³.

Observa-se no quadro 01, que de acordo com os trabalhadores entrevistados, a Usina Alto Alegre-Unidade Floresta, oferece assistência médica para os trabalhadores em caso de acidente, embora o paciente deva ser examinado também pelo médico da usina. Em caso de atestado efetuado por outro médico, a usina não aceita. Quanto a Dacal, segundo os trabalhadores entrevistados, estes não dispõem de assistência médica em casos de acidente, entretanto, a usina afirma que oferece assistência médica em caso de acidente na própria usina.

Os equipamentos obrigatórios de segurança utilizados na atividade de corte da cana-de-açúcar tais como luvas, botas, óculos e capas e até mesmo, o principal instrumento de trabalho, que é o facão, são cedidos pela Usina Alto Alegre, Unidade Floresta, embora sejam descontados nos salários dos trabalhadores. Isso não ocorre com a Dacal, pois a destilaria não oferece aos seus trabalhadores os equipamentos obrigatórios para a atividade do corte da cana-de-açúcar.

No que se refere à contratação dos trabalhadores, a Usina Alto Alegre-Unidade Floresta, realiza um contrato coletivo com os seus empregados rurais por um período de 11 meses, sendo que o trabalhador passa por uma avaliação ao final do contrato para a renovação deste, na qual a usina verifica se o trabalhador obteve um “*bom comportamento*”, que se refere principalmente à quantidade de faltas do trabalhador no decorrer do contrato. Cabe ressaltar que o trabalhador rural que não obtiver nenhuma falta durante o mês recebe uma cesta básica. Verifica-se que caso não haja esse “*bom comportamento*”, a empresa não renova o contrato do trabalhador.

Quanto a Dacal, o trabalhador passa por uma experiência de 30 dias para ser contratado definitivamente com carteira assinada, passando à condição de trabalhador permanente na destilaria.

¹² Dos 20 trabalhadores empregados na usina Alto Alegre, Unidade Floresta, foram entrevistados 10 trabalhadores.

¹³ Fiscal de turma é equivalente ao “gato”, um intermediário que realiza a contratação dos trabalhadores rurais em seu local de residência. Estes recebem como pagamento uma porcentagem sobre a produção dos trabalhadores rurais.

Quadro 1

Características da Usina Alto Alegre-Unidade Floresta e Destilaria de Álcool Califórnia

<i>Usina Alto Alegre</i>	<i>Destilaria de Álcool Califórnia</i>
1- 20 pessoas empregadas residentes no Distrito de Guachos.	1- 40 pessoas empregadas residentes no Distrito de Guachos, entrevistados 20.
2- Emprega mulheres, sendo 4 do Distrito.	2- Não emprega mulheres.
3- Os trabalhadores não são sindicalizados	3- Existe um sindicato, porém os trabalhadores não são associados.
4- A usina dispõe de assistência médica em casos de acidentes de trabalho.	4- A destilaria não dispõe de assistência médica em casos de acidentes de trabalho.
5- A usina oferece equipamentos de trabalho tais como: luvas, botas, óculos e capas; mas desconta no salário dos trabalhadores.	5- A usina não oferece equipamentos de trabalho tais como: luvas, botas, óculos e capas.
6- Na usina, os trabalhadores são empregados através de um contrato de 11 meses.	6- Na usina os trabalhadores são empregados com carteira assinada por tempo indeterminado.
7- Na entressafra a usina renova o contrato desses trabalhadores para o desenvolvimento de tarefas como: carpa, corte de cana na palha para o plantio, até que se reinicie a safra.	7- Na entressafra os trabalhadores continuam na usina desempenhando outras tarefas.
8- A usina realiza um contrato com os trabalhadores, portanto não tem férias para os trabalhadores.	8- A usina faz registro em carteira e concede férias aos trabalhadores.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fev/2001

Os trabalhadores temporários empregados na Dacal e na Usina Alto Alegre-Unidade Floresta não ficam sem trabalho, na entressafra, pois continuam realizando outras tarefas como a capina, corte da cana na palha para plantio e adubação.

Com relação à participação em sindicatos, os trabalhadores entrevistados, das duas empresas, afirmaram não fazer parte destes.

O tempo de emprego nas usinas varia, conforme se verifica no quadro 02. Dos trabalhadores entrevistados da Dacal, 25,0% estão há 14 anos trabalhando nesta empresa, 30,0% estão há 10 anos; 10,0% estão há 12 anos e 35,0% estão há 4 anos desempenhando atividades agrícolas na usina. Mas, no intervalo desses anos, são realizados os chamados acordos entre a usina e o trabalhador, que na realidade consiste no término do contrato.

Na Usina Alto Alegre-Unidade Floresta, o tempo de emprego dos trabalhadores entrevistados é menor devido ao fato desta empresa só recentemente estar contratando trabalhadores no Distrito. Dos trabalhadores entrevistados, apenas 40,0% estão há 5 anos na empresa e o restante (cerca de 60,0% dos entrevistados da respectiva usina) trabalham entre 3 e 4 anos nesta usina, sendo importante ressaltar que esta renova o contrato dos trabalhadores à cada 11 meses.

A quantidade de cana cortada por dia é do conhecimento desses trabalhadores. Na Dacal, 50,0% dos entrevistados cortam de 200 a 250 metros de cana/dia; 35,0% cortam de 250 a 300 metros de cana/dia e, 15,0% dos entrevistados chegam a cortar por dia (dependendo da cana) cerca de 300 a 350 metros de cana/dia,

Na Usina Alto Alegre-Unidade Floresta, dos trabalhadores entrevistados cerca 60,0% cortam de 100 a 150 metros de cana/dia e apenas 40,0% cortam de 200 a 250 metros de

cana/dia. Essa diferença de quantidade de cana cortada pelos trabalhadores das respectivas empresas pode ser explicada pelo tempo de experiência dos trabalhadores da Dacal nesta atividade, enquanto que alguns trabalhadores da usina Alto Alegre, Unidade Floresta, têm menos tempo de ocupação nesta atividade, pois muitos só começaram a trabalhar no corte da cana devido à falta de trabalho nas lavouras de algodão, feijão, milho, etc.

Os salários recebidos pelos trabalhadores também variam, dependendo da quantidade de cana cortada por dia. Dos trabalhadores entrevistados na Dacal, 40,0% recebem de 1 a 2 salários mínimos, 55,0% dos entrevistados recebem de 2 a 3 salários mínimos e apenas 5,0% dos entrevistados recebem mensalmente de 3 a 4 salários mínimos.

Com relação aos trabalhadores entrevistados na Usina Alto Alegre, Unidade Floresta, 50,0% recebem de 1 a 3 salários mínimos e os outros 50,0% recebem de 2 a 3 salários mínimos por mês.

Do total de trabalhadores entrevistados da Dacal e da Usina Alto Alegre-Unidade Floresta: 85,0% afirmaram que trabalhou antes do ingresso na usina nas demais lavouras, como algodão, milho, feijão, etc; do total dos entrevistados cerca de 5,0% trabalhavam anteriormente em uma antiga usina que empregava o pessoal residente no local, a Usina Davoli. A justificativa para ingressarem na usina como cortadores de cana se deve a sazonalidade do trabalho, sendo que 10,0% dos trabalhadores entrevistados eram pequenos produtores e, devido à falta de terras para plantar e falta de incentivos creditícios, passaram à condição de trabalhadores temporários.

Quadro 2

Características da Usina Alto Alegre-Unidade Floresta e Destilaria de Álcool Califórnia

<i>Usina Alto Alegre</i>	<i>Usina Dacal</i>
- <i>Tempo de emprego na usina</i>	- <i>Tempo de emprego na usina</i>
04 estão há 4 anos nesta usina	05 estão há 14 anos nesta usina
03 estão há 5 anos nesta usina	02 estão há 12 anos nesta usina
02 estão há 3 anos nesta usina	07 estão há 4 anos nesta usina
01 está há 5 anos	06 estão há 10 anos nesta usina
- <i>Produção dos trabalhadores em metros/ dia</i>	- <i>Produção dos trabalhadores em metros/ dia</i>
06 produzem de 100 a 150 metros/dia	10 produzem de 200 a 250 metros/dia
04 produzem de 200 a 250 metros/dia	07 produzem de 250 a 300 metros/dia
-	03 produzem de 300 a 350 metros/dia
- <i>Salário recebido mensalmente</i>	- <i>Salário recebido mensalmente</i>
05 recebem de 1 a 3 salários mínimo	08 recebem de 1 a 2 salários mínimo
05 recebem de 2 a 3 salários mínimo	11 recebem de 2 a 3 salários mínimo
-	01 recebe de 3 a 4 salários mínimo
- <i>Atividade exercida antes de trabalhar na usina</i>	- <i>Atividade exercida antes de trabalhar na usina</i>
04 eram diaristas	17 eram diaristas
05 trabalhavam em outra usina (Dacal)	02 eram lavradores
01 realizava outros serviços	01 trabalhava em outra usina (Davoli)

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fev/2001

Quanto às perspectivas de vida dos trabalhadores entrevistados, observa-se que 36,0% destes pretendem continuar trabalhando na usina; 30,0% dos entrevistados esperam que no Distrito possa haver oportunidades de emprego noutras lavouras, e se encontram sem perspectivas com relação ao futuro e que... “*Só Deus é quem sabe*”. Dos entrevistados 4,0%

esperam que as autoridades tenham algum tipo de comprometimento com a causa deles no sentido de ampliar as ofertas de trabalho através de incentivos na agricultura (sic).

Quadro 3

Perspectivas de futuro dos trabalhadores da Dacal e Usina Alto Alegre-Unidade Floresta

11 entrevistados pretendem continuar trabalhando nas empresas
09 entrevistados esperam ter mais oportunidades de emprego no local e se encontram sem perspectivas com relação ao futuro
01 entrevistado deseja que as autoridades se comprometam com a causa deles

Fonte: Pesquisa de campo realizada em fev/2001

Para os trabalhadores entrevistados nas duas empresas, o trabalho na usina propicia estabilidade, ou seja, significa a certeza de trabalho periodicamente, durante o período de validade do contrato (11 meses), diferentemente do trabalhador diarista, o qual não tem certeza se vai conseguir ou não uma tarefa remunerada no dia seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Região de Presidente Prudente, o trabalho volante começa a surgir com maior intensidade com o advento da cultura do algodão, que se iniciou por volta da década de 1940. Essa cultura gerou grandes transformações nas relações de trabalho e de produção, por ser uma cultura que ocupa um grande número de mão-de-obra, especialmente no período de colheita. A expansão da cultura do algodão favoreceu a vinda de migrantes, especialmente, da região Nordeste do país.

Esses migrantes se espalharam por municípios da região onde havia o cultivo de algodão. Vieram para trabalhar como assalariados, mas muitos se tornaram pequenos produtores de algodão, através do sistema de arrendamento e parceria.

Entretanto, após os anos de 1950 grandes mudanças ocorreram na região, tais como a intensa substituição das áreas ocupadas com lavouras por áreas ocupadas por pastagens.

Diante dessa situação, muitos pequenos produtores perderam o acesso a terra, pois as áreas anteriormente ocupadas com lavouras passaram a ser ocupada com pastagens. Outro fator negativo para estes pequenos produtores se referia à dificuldade de se adequarem às novas formas de produção da agricultura moderna, com a utilização mais intensa de insumos, máquinas, etc, modificando sua base técnica de produção. Neste contexto, restou a estes trabalhadores passarem à condição de trabalhadores temporários. Desprovidos dos meios de produção, esses trabalhadores têm que vender sua força de trabalho, a única mercadoria de que dispõem.

As alterações ocorridas na Região de Presidente Prudente relacionadas à força de trabalho rural se refletiram no município de Martinópolis. Dessa forma, o mesmo processo de desarticulação ocorreu com os pequenos produtores, sendo que muitos destes passaram à condição de trabalhadores temporários.

No Distrito de Guachos, com o processo de expropriação desses pequenos produtores (arrendatários) ocorreu uma intensificação do trabalho volante. Estes por sua vez, passaram a depender do trabalho temporário para sua sobrevivência.

Neste sentido, encontram-se nesta categoria de trabalhadores rurais dois tipos diferenciados no Distrito em apreço. De um lado, os trabalhadores diaristas, que dependem do trabalho nas lavouras que ainda são cultivadas no município como algodão, milho, mandioca, feijão etc, e, de outro lado, os trabalhadores absorvidos nas usinas de cana-de-açúcar, em número bastante reduzido.

A diversidade que permeia esses trabalhadores residentes no Distrito se refere à estabilidade do emprego.

É sabido que o trabalho no corte da cana é árduo, cansativo e desgastante por requerer um grande esforço físico, sem levar em consideração as conseqüências na saúde desses trabalhadores. De acordo com o que se constatou nas entrevistas, a dureza das tarefas do cortador de cana são amenizadas quando se pensa que essa oportunidade de trabalho pode estar chegando ao fim para a maioria, pois sentem que a mecanização do corte da cana está próximo, embora as usinas defendam que não vão adotar em 100% de suas atividades, já que uma máquina realiza o trabalho efetuado por 80 homens.

A diminuição da oferta de trabalho temporário nas lavouras tem intensificado a saída da população jovem do Distrito para outras cidades do Estado de São Paulo, ou até mesmo para outros Estados. A tendência é que futuramente a maior parte dos moradores do Distrito seja constituída de idosos (aposentados) e crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações do seu meio de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Educação e Trabalho: Um estudo sobre os produtores e trabalhadores na agricultura paulista**. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983. (Col. Textos, 6).
- FERNANDES, Liliانا L. **Bairros Rurais do Município de Limeira: Estudo Geográfico**. São Paulo: USP, 1972. (Tese de Doutorado).
- FIBGE, Censo Demográfico, 1970. Rio de Janeiro: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970**.
- FIBGE, Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980**.
- FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Rio de Janeiro: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991**.
- FIBGE, Contagem Populacional, 1996. Rio de Janeiro: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996**.
- FIBGE, Censo Demográfico, 2000. Rio de Janeiro: **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000**.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZINO DA SILVA, José. A adequação da força de trabalho. In: **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- GUIMARÃES, L. S. P. et al. A propósito do trabalhador volante no Brasil. **Revista Reforma Agrária**. ABRA, Ano 15, nº4, janeiro/março, 1986.
- KAGEYAMA, Ângela. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.
- MARTINE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

- MELLO, M. C. D’Incao. **O Bóia-fria: Acumulação e Miséria.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.
- NATAL, Mario. **MAGNUS Enciclopédia Moderna das Ciências Biológicas Zoologia Geral** Vol. 5.
- QUEIROZ, M. Izaura Pereira. **Bairros rurais paulista; dinâmica das relações bairro rural cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- RODRIGUES, Adyr A. B. **O Bairro do Tanque-Atibaia (SP). Um exemplo da contribuição japonesa para a evolução do meio rural** São Paulo: FFLCH-USP, 1973. (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Gilda dos; PIVETA, Paula A. **Usina Alta Floresta: Transformações no Espaço Agrário do Município de Presidente Prudente.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 (Monografia de Bacharelado).
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

Recebido em outubro de 2003.

Aceito em novembro de 2003.